

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &
CONSTITUCIONAL**

a. 16

n. 66

out./dez. 2016

Editorial.....9

ARTIGOS

El Mercosur y los ordenamientos de los Estados nacionales: el sistema de resolución de controversias

Mercosur and the legal orders of national states: the system of dispute resolution

Juan M. González Moras, Marianina López Raggi 13

1	Introducción.....	14
2	El Derecho de la integración y comunitario	14
2.1	Derecho de la integración y Derecho comunitario. El surgimiento de la noción de “supranacionalidad”	14
2.2	El art. 75, inc. 24. Fuentes originarias y derivadas del Derecho de la integración	15
2.3	El Mercosur: grado de integración alcanzado	16
2.4	El modelo de administración indirecta en los sistemas de Derecho comunitario.....	18
2.5	El sistema de fuentes del Derecho comunitario (obligatoriedad, efecto directo e inmediato)	19
2.5.1	Obligatoriedad	20
2.5.2	Efecto directo	21
2.5.3	La primacía	22
2.5.4	El efecto inmediato	22
3	El modelo de resolución de controversias en el Mercosur.....	23
3.1	Protocolos de Brasilia y Olivos	24
3.2	Las Opiniones Consultivas al TPR y la posibilidad de un sistema de “prejudicialidad” vinculante.....	25
4	Conclusiones.....	26
	Referencias	27

Nuevas tendencias en la participación ciudadana en España: ¿socializando la gestión pública o socializando la responsabilidad política?

New trends in citizen participation in Spain: are they socializing governance or are they socializing political responsibility?

Silvia Carmona Garias 29

1	Contexto de emergencia participativa.....	30
2	Escenario normativo de la participación ciudadana en España	34
2.1	Qué se entiende por participación ciudadana	34
2.2	Panorámica del marco jurídico de la participación	37
2.2.1	Una mirada de la regulación a nivel estatal	38
2.2.2	Una mirada de la regulación a nivel autonómico	45
3	Nuevas tendencias en la morfología participativa.....	51
4	Consideraciones finales	56
	Referencias	58

A comparative view of debarment and suspension of contractors in Brazil and in the USA

Uma visão comparativa da exclusão e suspensão de licitantes no Brasil e nos EUA

Cristiana Fortini, Christopher Yukins, Mariana Avelar	61
1 Introduction	62
2 Suspension and Debarment in Brazilian and U.S. Laws	64
2.1 General aspects of the measures in Brazilian law: the punitive nature and the relative discretion	65
2.2 General aspects of measures in US law: the non-punitive nature and the broad discretion	70
2.3 Comparison of the measures studied	79
3 Conclusion: a path to greater probity in public procurement and a greater respect for the fundamental guarantees of the sanctioning administrative law	80
References	82

Constitutional Interpretation and Foreign Law: A Comparative Analysis between the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court

Interpretação constitucional e Direito estrangeiro: uma análise comparativa entre a Suprema Corte Norte-americana e o Tribunal Constitucional Federal Alemão

Mher Arshakyan, Jacopo Paffarini, Márcio Ricardo Staffen	85
Introduction	86
1 The General Differences between the two Courts	88
2 Common Law Tradition and American Constitutional Interpretation	90
2.1 Precedent and Common Law Reasoning	92
2.1.1 Ratio Decidendi	92
2.1.2 Precedent	93
2.1.3 Common Law Legal Reasoning	98
3 Theoretical Aspects of American Constitutional Interpretation	104
4 The influence of Positivist Legal Thought on German legal Culture	108
5 Constitutional Interpretation v. Statutory Interpretation	112
6 Constitutional Argumentation	114
7 The Courts and the foreign law	120
Conclusion	123
References	126

Categorias de análise de políticas públicas e gestão complexa e sistêmica de políticas públicas

Categories of public policy analysis and complex and systemic management of public policies

Janriê Rodrigues Reck, Caroline Müller Bitencourt	131
Introdução	132
1 Sobre a importância das políticas públicas e sua gestão nos Estados contemporâneos	133
2 Revisão das categorias de análise das políticas públicas	136
3 Reformulação dos princípios de atuação das políticas públicas como informantes da gestão de políticas públicas	143
4 Conclusão	146
Referências	150

O direito fundamental social à educação e sua maximização por meio da função extrafiscal dos tributos: o exemplo do Programa Universidade para Todos (Prouni)

The fundamental social right to education and its maximization through the extrafiscal function of taxes: the example of the University for All Program (PROUNI)

Daniel Wunder Hachem, Gilberto Alexandre de Abreu Kalil	153
1 Introdução.....	154
2 A tutela jurídica dos direitos fundamentais sociais na Constituição Federal de 1998 e sua conexão com a promoção do Estado Social e Democrático de Direito.....	155
3 O direito fundamental social à educação e a sua proteção para além do mínimo existencial	158
4 A utilização da função extrafiscal dos tributos com vistas à promoção de direitos sociais: a intervenção indutiva do Estado no domínio econômico	162
5 O Programa Universidade para Todos – Prouni e a isenção de tributos federais como contrapartida à adesão das Instituições de Ensino Superior: a extrafiscalidade como instrumento de efetivação do direito fundamental à educação	169
6 Conclusão	174
Referências	175

O problema da autonomia técnica da Advocacia Pública

The problem of technical autonomy in public advocacy

Claudio Madureira	179
1 Apresentação do problema	180
2 Posicionamento da doutrina.....	182
3 Posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	188
4 Reflexões sobre a existência de hierarquia entre os advogados públicos e sobre a necessidade de se promover a uniformização dos posicionamentos jurídicos firmados pela Advocacia Pública.....	200
5 À guisa de conclusão: autonomia do procurador ou da Procuradoria?	204
Referências	205

O financiamento da saúde na Constituição de 1988: um estudo em busca da efetividade do direito fundamental por meio da equalização federativa do dever do seu custeio mínimo

Health financing in the Brazilian Constitution: a study seeking for the effectiveness of this fundamental right by federal equalization of the obligation of its minimum funding

Élida Graziane Pinto, Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia, Lenir Santos	209
1 Introdução.....	210
2 Uma breve retomada acerca dos impasses de custeio da política pública de saúde desde a Constituição de 1988.....	216
3 Financiamento e realização da saúde: sobrecarga fiscal suportada pelos Municípios... ..	219
4 Judicialização da saúde como agravamento do problema	223
5 Uma proposta: regressão dos Municípios frente à União	228
6 Considerações finais.....	233
Referências	235

A força vinculante dos precedentes administrativos e o seu contributo hermenêutico para o Direito

Binding force of administrative precedents and their hermeneutic contribution to law

Juraci Mourão Lopes Filho, Fayga Silveira Bedê	239
Introdução.....	240
1 O que se deve entender por precedente administrativo.....	241
2 Elementos de determinação da força vinculante dos precedentes administrativos.....	248
2.1 Elementos formais da força vinculante.....	249
2.2 Elementos materiais da força vinculante.....	253
3 Espécies de precedentes administrativos e sua força vinculante interna e externa.....	257
Notas conclusivas.....	263
Referências.....	264

Diálogo entre tribunais e proteção de direitos humanos: dificuldades e perspectivas

Dialogue between courts and the protection of human rights: difficulties and perspectives

Gustavo Ferreira Santos, João Paulo Allain Teixeira, Marcelo Labanca Corrêa de Araújo	267
Introdução.....	268
1 Constitucionalismo e garantia judicial da Constituição.....	269
2 A proteção dos direitos humanos para além do Estado nacional.....	271
2.1 As bases para uma comunidade internacional fundada no reconhecimento de direitos.....	271
2.2 Sistemas global e regional de proteção de direitos humanos, esses ilustres desconhecidos.....	272
3 Viabilizando as condições para um diálogo entre órgãos de garantia de direitos.....	274
3.1 Os primeiros passos para um diálogo.....	274
3.2 Reconhecendo o desafio.....	275
3.3 O chamado "controle de convencionalidade".....	277
3.4 O outro lado do diálogo: "a margem de apreciação nacional".....	278
Considerações finais.....	280
Referências.....	282

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	283
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	288
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	289
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	289
Política de Ética	
<i>Ethical Policy</i>	290